

As Responsabilidades do IM na Tragédia da Madeira

J. Delgado Domingos

1. O IM e os resultados da sua tecnologia de ponta

Na página internet do Instituto de Meteorologia (IM) consta que, no orçamento de 2008, 7.5 milhões de euros provieram directamente dos nossos impostos. Que dispunha de um supercomputador IBM P5 e de um cluster DELL. Que tinha 3 centros de investigação na área da meteorologia mas nenhum artigo científico publicado em revistas de referência. Em 2009 tinha 381 funcionários, 50 dos quais admitidos em 2009.

Numa reportagem do Diário Económico (12.03.2010) ao IM, afirma-se em grandes títulos, na sequência de declarações dos seus principais responsáveis que “Portugal utiliza tecnologia de ponta para prever o tempo”. Outro alto responsável do IM, agora na Madeira, afirma também (Noticias da Madeira de 10.03.2010) que **“prever o que aconteceu estava fora das potencialidades dos modelos usados pelo Instituto de Meteorologia”** e que o **“IM recusa usar contributos de modelos académicos”**.

Estas declarações, a que se poderiam juntar as que foram feitas ao Expresso de 27.02.2010 e no comunicado institucional do IM motivado pela nossa entrevista à Antena 1 permitem concluir, sem qualquer ambiguidade, que **apesar de toda a tecnologia de ponta que diz utilizar, o IM não foi capaz de prever, com mais de 12 horas de antecedência, a situação meteorológica que provocou a tragédia material e humana na Madeira, cifrada em algumas centenas de mortos/desaparecidos.**

2. O Grupo de Previsão Numérica do Tempo no IST (GPNT)

O grupo de previsão numérica do tempo (GPNT), cujos investigadores fazem parte de um centro de excelência da FCT (IN+) tem cerca de 10 anos, e nasceu da impossibilidade prática de realizar trabalhos autónomos de investigação que envolvessem informação/previsão meteorológica sobre Portugal sem o beneplácito do IM. Este, interpretando abusivamente o seu estatuto legal, criou um monopólio de facto, que também impediu, e impede, qualquer controlo independente da qualidade dos dados que recolhe, da qualidade das previsões que faz, da justeza dos alertas que lança ou dos que estrondosamente falha. Esta estratégia permite-lhe furtar-se a uma responsabilização pública pelos serviços que presta, pelas certificações oficiais que faz e pelos prejuízos materiais e humanos que causa e poderiam ser evitáveis face aos recursos de que dispõe.

O GPNT conseguiu nascer, e crescer, na total independência do IM mercê da generosa colaboração de Universidades e Organismos oficiais dos EUA. A demonstração pública do que conseguiu traduz-se, desde 2001, na disponibilização diária e gratuita da previsão meteorológica para o continente, hora a hora, actualizada 4 vezes por dia (<http://meteo.ist.utl.pt/new>) e, mais recentemente, da comparação das previsões com os valores observados (que não dependem do IM) nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro.

O caminho aberto foi depois seguido por outros grupos universitários portugueses, nomeadamente na FCL (Prof. Pedro Miranda) e UA (Prof. Alfredo Rocha).

O GPNT foi, e é, inteiramente financiado (incluindo o equipamento) **por serviços prestados**, nomeadamente à REN, após concurso público internacional seguido de *benchmarking*. Embora convidado, o IM nem sequer concorreu. A REN utiliza um conjunto mais alargado de valores do que os publicamente divulgados, nomeadamente em altitude, para a previsão da energia eólica. Esta é publicamente disponibilizada pela REN.

O convite que explicita e publicamente repetimos ao IM é que, **em vez de críticas sem fundamento, disponibilize publicamente as suas previsões com o pormenor e a interactividade das que nós fazemos há muitos anos**. Só depois disso, poderá ter alguma autoridade científica, ética e profissional para fazer as declarações que faz sobre os nossos trabalhos.

3. Os serviços prestados pelo GPNT à Protecção Civil

Iniciado há anos com o exemplar serviço de protecção civil da Câmara Municipal de Lisboa, o actual sistema de alertas do GPNT consiste numa previsão inicial de 7 dias (poderá ir até 15 se houver justificação), seguido de actualizações todas as 6 horas seguintes. Se a previsão de 7 dias indiciar uma situação preocupante há um aviso automático, por email ou SMS, para os responsáveis do serviço ficarem atentos ao evoluir da situação e para consultarem todas as observações disponíveis (satélites, radar...). Se as previsões e observações seguintes confirmarem a previsão inicial, os serviços operacionais são alertados e, habitualmente, 3 dias antes, o aviso público é recomendado depois de comunicação e consulta à Autoridade Nacional de Protecção Civil.

As nossas recomendações e as do IM nem sempre coincidem, cabendo à autoridade responsável decidir qual adopta, baseada na experiencia prática que entretanto adquiriu. As nossas são muitas vezes seguidas. Estou disponível, como sempre estive, para fazer com o IM comparações caso a caso, adoptando os melhores *standards* internacionais de avaliação.

Tendo tido conhecimento do nosso trabalho, a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), tomou a iniciativa, há meses, de solicitar a sua inclusão no sistema de previsões e alertas do GPNT, o qual foi por isso alargado a todo o continente. O serviço é gratuito, (tal como o anterior) e poderia ser melhorado se o IM, por exemplo, disponibilizasse em tempo quase real as observações da sua rede (que todos pagamos) como sucede, p.ex., nos EUA.

4. A previsão para a Madeira

O Expresso de 27.02.2010 publicou a actuação que teria sido seguida se as informações de rotina que enviamos diariamente para a ANPC incluíssem operacionalmente a Madeira. Para tal foi exclusivamente utilizada (como é óbvio) a informação global disponível no dia 14 com que foi elaborada a previsão de rotina para o continente. A conclusão foi que, pelas 6 ~7horas da manhã do dia 14 (7 dias antes da tragédia de dia

20), teria sido enviado um aviso aos serviços para que estivessem muito atentos ao evoluir da situação. Pelas 12-13 horas do dia 14, e com base na informação global nessa altura disponível, a previsão seria actualizada. O procedimento teria sido repetido todas as 6 horas seguintes e confirmada a gravidade do que se aproximava. Por isso e, pelo menos 72 horas antes da tragédia, teria sido enviada à ANPC uma recomendação para que emitisse um alerta vermelho e accionasse os respectivos planos de emergência.

5. O IM e os modelos que designa por *académicos*

O modelo a que o responsável do IM na Madeira chama “académico” é o utilizado, nomeadamente, pelos serviços meteorológicos dos EUA e a sua Força Aérea. Recuperar o atraso, relativamente a ele, são uma das justificações do consórcio liderado pela Meteorologia Francesa em que o IM participa e que consome 40 milhões de euros por ano. Coerente consigo próprio, o IM preferiu gastar o dinheiro que se queixa de não ter, em vez de utilizar um modelo melhor e, sobretudo, mais largamente testado, **com a particularidade acrescida de ser gratuito e de haver em Portugal quem domine, há anos, as suas enormes potencialidades operacionais.**

Todavia, face ao ocorrido, fazer agora uma peroração sobre que modelo, ou que modelos, seriam melhores ou mais adequados para prever a situação verificada, como pretendem os responsáveis do IM não passa de uma tentativa canhestra de iludir as realidades e de fugir às suas responsabilidades.

O respeito pela memória das centenas de mortos/desaparecidos, muitas das quais evitáveis, exige por isso que responda, sem subterfúgios ou ambigüidades às seguintes questões muito concretas:

a) Porque motivo contesta o IM as conclusões do GPNT (confirmados independentemente pela FCL e a UA), cuja capacidade operacional e fiabilidade se encontram amplamente demonstradas por anos de prestação de serviços, e que teriam previsto a gravidade do ocorrido ?

b) Quem são os responsáveis pela escolha e utilização de um modelo supostamente melhor (por não ser “académico “ ?) e muitíssimo mais dispendioso, para o qual o IM já em 2008 organizava formação, mas que em 2010 nem sequer conseguia ter adequadamente operacional ?

c) Como justifica o IM a sua incapacidade objectiva de competir em qualidade e fiabilidade com as previsões e avisos meteorológicos de um grupo universitário mais de 100 vezes menor, que não recebe um cêntimo do erário público, aos quais o IM impede o acesso aos dados que recolhe no país e à informação internacional privilegiada que lhe é facultada pelo monopólio de representar Portugal ?

É também importante que se esclareça porque motivo o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, que tutela não só o IM como as instituições em que se

integram o GPNT, a FCL e a UA, se absteve de toda e qualquer intervenção correctiva, apesar de repetidamente informado da inevitabilidade de uma situação como a que se a verificou na Madeira, bem como de outras que vão ao cerne da credibilidade científica de dados e de declarações em que o IM é pródigo, nomeadamente sobre alterações climáticas.

Publicado no Expresso em 17 de Mar de 2010

<http://aeiou.expresso.pt/as-responsabilidades-do-instituto-de-meteorologia-na-tragedia-da-madeira=f571504>